

A REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NO IFRN: UMA BREVE ANÁLISE ACERCA DA LACUNA DA AUTORIDADE NA REDE FEDERAL

Emanuela Oliveira de Souza¹

Perla Caetano da Costa²

Saionara Oliveira da Silva³

Roberta Thaysa Souza Ferreira Doca Alves⁴

Francinaide de Lima Silva Nascimento⁵

INTRODUÇÃO

A representatividade das mulheres em instituições de ensino superior tem sido uma preocupação crescente nos últimos anos, especialmente no ambiente acadêmico e de pesquisa. Nos Institutos Federais observa-se uma discrepância entre a presença feminina e masculina, especialmente em áreas consideradas mais técnicas e científicas.

A sub-representação feminina pode ter diversas implicações para a aprendizagem e desenvolvimento das estudantes. Além disso, a falta de diversidade pode diminuir o avanço do conhecimento e a resolução de problemas que requerem diferentes visões e experiências. Sendo assim, compreender as barreiras que impedem a representatividade das mulheres nos Institutos Federais é essencial para garantir um ambiente mais justo e igualitário.

Este artigo tem como objetivo analisar a representatividade das mulheres no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, discutindo as principais barreiras e possíveis caminhos para o avanço da igualdade de gênero nessa instituição. Para isso, serão apresentados dados e estudos que evidenciam a disparidade de gênero em diferentes áreas dos Institutos Federais.

É importante destacar que a igualdade de gênero é um tema que suscita polêmicas e debates em diversos setores da sociedade, incluindo a educação. A partir da análise dos dados e das políticas implementadas pelas instituições federais, este artigo propõe a reflexão sobre as lacunas e desafios para que as mulheres possam ter uma maior participação e representatividade nos Institutos Federais.

Por fim, é necessário que o debate sobre a representatividade das mulheres nos Institutos Federais seja ampliado e aprofundado a fim de promover uma maior diversidade e inclusão no ambiente acadêmico. A reflexão e ação sobre as barreiras que impedem a participação feminina é fundamental para a construção de um futuro mais justo e equitativo.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e utiliza como método a revisão bibliográfica e a análise documental. Foram consultadas publicações científicas, teses, dissertações, relatórios institucionais, regulamentos e documentos oficiais do IFRN que abordam a temática da representatividade das mulheres e a lacuna da autoridade na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Para tanto, foram usados dados obtidos na Plataforma Nilo Peçanha.

REFERENCIAL TEÓRICO

Por muitos anos a educação superior foi considerada um privilégio masculino e a presença das mulheres nas universidades brasileiras era bastante reduzida. Tal situação apenas começa a se alterar na década de 1970, com o início de questionamentos a respeito da posição social e econômica da mulher e o maior acesso do contingente feminino às universidades.

A população brasileira foi marcada por uma desigualdade histórica no processo de escolarização, no qual o contingente masculino era mais escolarizado do que o feminino. A situação de inferioridade social e econômica da mulher passa a ser questionada e o acesso às universidades passou a exercer um papel importante para que seja alcançada maior equidade entre homens e mulheres na sociedade brasileira (Barroso & Mello, 1975, p. 47). De acordo com o Censo Escolar 2020 do Brasil, precisamente 2,2 milhões de docentes atuam na educação básica. Em todas as etapas de ensino, as mulheres são maioria: 96,4% na educação infantil, 88,1% nos anos iniciais do ensino fundamental; 66,8% nos anos finais do ensino fundamental e 57,8% no ensino médio. No que diz respeito à gestão educacional, o referido Censo Escolar para o mesmo ano registrou 188.361 gestores declarados em 179,5 mil escolas. Destes, 85,6% são diretores e 14,4% possuem outros cargos. As mulheres ocupam 80,6% dos cargos de diretoria.

Por sua vez, os dados do Censo da Educação Superior 2019, divulgado pelo Inep e pelo Ministério da Educação (MEC) em outubro de 2020, revelam que as mulheres possuem índices de produtividade maiores em relação aos homens. Por meio da pesquisa, é possível acompanhar os índices de conclusão, desistência ou permanência dos estudantes, em um curso, ao longo do tempo. Por isso, os números do levantamento são fundamentais para a implementação de políticas que visem ao aumento da produtividade do sistema de ensino, no que diz respeito a

produzir concluintes na educação superior. Dos perfis monitorados pela pesquisa, as mulheres correspondem a 43% dos concluintes do mesmo curso em que ingressaram, quando se trata da última década (2010-2019). Os homens representam 35%. Ao mensurar a participação em exames e avaliações, as mulheres também costumam representar a maior fatia do bolo. As inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2020 foram, majoritariamente, realizadas por elas. Mais de 3,4 milhões (60%) de participantes do sexo feminino se inscreveram. Das 96.086 inscrições para o Enem Digital 2020, 55.602 (57,8%) foram delas. O cenário se repete no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) 2020, que ocorrerá em abril. Dos mais de 1,7 milhão de inscritos, 987.884 são mulheres, o que corresponde a 54,9%.

Chegando ao nível superior, é possível verificar a mesma tendência de predominância. No Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2019, divulgado em outubro de 2020, 55% dos participantes foram mulheres. Vale pontuar que, nesta edição do Enade, foram avaliados cursos de bacharelado em engenharia, arquitetura e urbanismo, ciências agrárias, ciências da saúde e áreas afins, além dos cursos tecnológicos nas áreas de ambiente e saúde, produção alimentícia, recursos naturais, militar e de segurança.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A representatividade das mulheres no IFRN é de extrema importância e merece ser discutida de maneira ampla. Existe uma grande lacuna quando se trata da presença feminina em cargos de autoridade na Rede Federal. Isso é algo que precisa ser analisado de forma crítica e buscar soluções para promover a igualdade de gênero.

No que toca à Rede Federal, o número de servidores corresponde a 97.307, dentre os quais 53.002 (54,47%) são homens e 44.305 mulheres (45,53%). Para o IFRN, temos os seguintes dados: o número de servidores corresponde a 3.424, dentre os quais 2.097 (61,24%) são homens e 1.327 mulheres (38,76%).

Os resultados da pesquisa revelaram uma baixa representatividade das mulheres em cargos de autoridade no IFRN, corroborando estudos anteriores sobre o tema. Dos cargos de chefia e direção na instituição, uma porcentagem significativa é ocupada por homens (ocupam 380 cargos), enquanto as mulheres permanecem sub-representadas (ocupam 154 cargos). Essa desigualdade de gênero na autoridade institucional reflete as barreiras enfrentadas pelas mulheres no avanço da carreira acadêmica.

As principais barreiras identificadas incluem estereótipos de gênero arraigados na sociedade, falta de políticas institucionais que promovam a igualdade de oportunidades,

desafios na conciliação entre trabalho e vida pessoal, além de um sistema de promoção baseado em critérios muitas vezes enviesados. A falta de modelos femininos de referência também se configura como um obstáculo, uma vez que a representação de mulheres em posições de autoridade é fundamental para inspirar e encorajar outras mulheres a seguir carreiras acadêmicas e assumir posições de liderança.

Além disso, é fundamental que o IFRN invista em ações afirmativas para garantir a representatividade das mulheres, especialmente em áreas onde elas são sub-representadas, como nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática. Devem ser criados espaços de diálogo e debate para que as mulheres se sintam encorajadas a ocupar esses espaços e contribuir com seu conhecimento e talento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta análise sobre a representatividade das mulheres no IFRN, é possível observar que ainda há uma lacuna na autoridade e participação dessas profissionais na rede federal de ensino. Embora tenha havido avanços em termos de igualdade de gênero, há muito a ser feito para garantir que as mulheres sejam representadas de maneira equitativa e justa na instituição.

É importante destacar que a falta de autoridade das mulheres no IFRN não se deve apenas a fatores culturais ou de preconceito, mas também a questões estruturais e jurídicas que precisam ser enfrentadas. É necessário garantir que as mulheres tenham as mesmas oportunidades de liderança e participação nos processos de decisão, bem como o acesso a recursos e treinamentos que lhes permitam realizar plenamente seu potencial.

Como instituição de ensino, o IFRN tem um papel fundamental a desempenhar na promoção da equidade de gênero. Isso pode ser feito por meio da implementação de políticas e programas que promovam a igualdade de gênero e incentivem a participação das mulheres em cargos de liderança. Também é crucial que a instituição crie espaços seguros e inclusivos para as mulheres, onde elas possam se expressar livremente e se sentir confiantes para propor ideias e soluções para os desafios enfrentados pelo IFRN.

Por fim, é necessário que todos os membros da comunidade educacional se envolvam na luta pela equidade de gênero no IFRN. Somente através de um esforço conjunto e colaborativo será possível superar as barreiras que impedem as mulheres de alcançar seu verdadeiro potencial na instituição.

Palavras-chave: Mulheres. Representatividade. Lacuna de Autoridade.

REFERÊNCIAS

Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/2022/03/22/representatividade-das-mulheres-no-mundo-academico/#:~:text=Em%20que%20pese%20hoje%2C%20as,ensino%3B%2022%25%20dos%20reitores%20de>. Acesso em: 22 mai de 2023.

BARROSO, Carmen Lúcia de Melo & MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 15, 1975, p. 47-77, dez. 1975.

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/mulheres-predominam-em-estudos-pesquisas-e-exames-educacionais>. Acesso em: 22 mai de 2023.

DE NEGRI, Fernanda. Mulheres na ciência no Brasil: ainda invisíveis?. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/177-mulheres-na-ciencia-no-brasil-ainda-invisiveis>. Acesso em: 27 mar.2021.

BOURDIEU, J. Meditações pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUTLER, Judith. O clamor de Antígona – parentesco entre a vida e a morte. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução – trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa – mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GLEYSE, Jacques. A instrumentalização do corpo: uma arqueologia da racionalização instrumental do corpo, da idade clássica à época hipermoderna. São Paulo: LiberArts, 2018.

Nascimento, F. de L. S., & Nascimento, A. (2020). Gênero, Sexualidade e Educação Sexual: apontamentos sobre um campo epistemológico em ascensão. História Revista, 25(2), 267 - 290.

Nascimento, F. de L. S., Lima, J.M.de, Pereira, L. F. F., Costa, P.C. Mulheres na ciência: breve análise da representatividade feminina na pesquisa no Brasil. IV Expotec, IFRN-Campus João Câmara, 2021, Anais (no prelo).

ONU. <http://www.agenda2030.com.br>. Acesso em: 27 mar.2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 20 (2), 71 - 99, 1995.

SIEGHART, Mary Ann. The Authority Gap: Why women are still taken less seriously than men, and what we can do about it. Transworld Digital, 2021.